

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-532-7
DOI 10.22533/at.ed.327200511

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 02 de “**A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS

Silvana Lopes Mendonça Valentin

Solange Mendonça Lopes

Laura Jazmin Ledesma Martinez

DOI 10.22533/at.ed.3272005111

CAPÍTULO 2..... 18

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ESTADO DE ALAGOAS: DIFICULDADES E AVANÇOS

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3272005112

CAPÍTULO 3..... 30

LITERATURA EM LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REME DOURADOS-MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naura Rosa Pissini Battaglin Merey

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Claudia Marinho Carneiro Noda

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.3272005113

CAPÍTULO 4..... 40

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Eliza Terezinha Rupolo Woos

Celso Antonio Conte

DOI 10.22533/at.ed.3272005114

CAPÍTULO 5..... 56

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Marcília Maria Alves Chaves

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.3272005115

CAPÍTULO 6..... 71

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Mirella Epifânio Mesquita

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.3272005116

CAPÍTULO 7..... 85

USO PEDAGÓGICO DO SOROBAN: DISPOSITIVO MEDIADOR DOS PROCESSOS DE LETRAMENTO MATEMÁTICO DOS SUJEITOS CEGOS E VIDENTES

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso

Liz Leal Mota Capistrano

Lucimara Morgado Pereira Lima

Marta Martins Meireles

Nélia de Mattos Monteiro

Tháise Lisboa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3272005117

CAPÍTULO 8..... 98

UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

Janaína Schell dos Santos

Carla Sant'Ana Oliveira

Carla Luciane Blum Vestena

DOI 10.22533/at.ed.3272005118

CAPÍTULO 9..... 116

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO PARANÁ

Rosemeri Ruppel Stadler

Mariangela Deliberalli

DOI 10.22533/at.ed.3272005119

CAPÍTULO 10..... 131

ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA COMO IMPORTANTE ESPAÇO DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A VELHICE

Nádia Marota Minó

Eleusy Natália Miguel

Anmaly Natália Miguel Monteiro Gilbert

DOI 10.22533/at.ed.32720051110

CAPÍTULO 11..... 139

A “INCLUSÃO” DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO

SUPERIOR

Ozair Dias da Costa
Irongina de Fátima Silva

DOI 10.22533/at.ed.32720051111

CAPÍTULO 12..... 153

EVOLUCIÓN DE LA OPINIÓN SOBRE LA CIENCIA EN EL COLEGIO DURANTE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA OBLIGATORIA EN FUNCIÓN DEL GÉNERO

Jesús David León Olarte
Beatriz Robredo Valgañón

DOI 10.22533/at.ed.32720051112

CAPÍTULO 13..... 165

BASES PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM DEFASAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Dirce Charara Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.32720051113

CAPÍTULO 14..... 175

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS E ANSEIOS

Lucia Marcinek Kadlubitski

DOI 10.22533/at.ed.32720051114

CAPÍTULO 15..... 188

O CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivando Amancio da Silva Junior
Aline Mesquita Lemos
Antônia Cristina Jorge
Antônia Kelina da Silva Oliveira Azevedo
Dayana Alves da Costa
Eronildo de Andrade Braga
Leilson Lira de Lima
Lucimar Camelo Souza
Germana Maria Viana Cruz
Givanildo Carneiro Benício
Roberto Wagner Junior Freire de Freitas
Samuel Ramalho Torres Maia

DOI 10.22533/at.ed.32720051115

CAPÍTULO 16..... 200

INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIENCIAÇÃO “DISCENTE ~ DOCENTE ~ APRENDENTE”

Anderson Rodrigues Ramos
Priscila Tamiasso-Martinhon
Angela Sanches Rocha
Célia Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32720051116

CAPÍTULO 17.....211

O DESAFIO DA ESCOLA FRENTE ÀS DROGAS: CONTRIBUIÇÃO DO PADRE PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.32720051117

CAPÍTULO 18..... 224

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PSICOMOTRICIDADE: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES NO CONVÍVIO COM AS DIFERENÇAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Rubens Venditti Júnior

Paulo César Cadima Júnior

Milton Vieira do Prado Júnior

Súsel Fernanda Lopes

DOI 10.22533/at.ed.32720051118

CAPÍTULO 19..... 255

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051119

CAPÍTULO 20..... 267

TRANSTORNO DEPRESSIVO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Lysete de Assis Bastos

Gian Carlos Rodrigues do Nascimento

Adriana Reis Todaro

Jorge Andres Garcia Suarez

Freddy Seleme Mundaka

Sara Roberta Cardoso da Silva Carvalho

Daniglayse Santos Vieira

Elizabeth Francisco dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051120

CAPÍTULO 21	277
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL LÚDICO NO ENSINO SOBRE A ANATOMIA DA GENITÁLIA FEMININA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Leonardo Alves da Silva Palacio	
Roselaine Terezinha Migotto Watanabe	
Rafaela Cabral Belini	
Camila Marins Mourão	
Renata Lopes da Silva	
Bruna Louveira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051121	
CAPÍTULO 22	280
INCLUSÃO LABORAL DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - CAMPUS ESTRUTURAL	
Priscila de Fátima Silva	
Paulo Coelho Dias	
Francisco de Assis Póvoas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051122	
CAPÍTULO 23	287
A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
Iana Crusoé Rebello Horta	
DOI 10.22533/at.ed.32720051123	
CAPÍTULO 24	300
A INCLUSÃO DO ALUNO NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DA LEGITIMAÇÃO DO DIA DA FAMÍLIA	
Carolina Ferreira Pereira	
Lara Ribeiro do Vale e Paula	
DOI 10.22533/at.ed.32720051124	
SOBRE O ORGANIZADOR	305
ÍNDICE REMISSIVO	306

CAPÍTULO 19

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 17/09/2020

Lucas Ferreira Costa

Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4469767927517246>

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/9443023485398879>

Marília Layse Alves da Costa

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Arapiraca – AL
<http://orcid.org/0000-0001-7282-9617>

Amanda Lima Cunha

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Arapiraca – AL
<https://orcid.org/0000-0002-2688-5025>

Karulyne Silva Dias

Centro Universitário Cesmac
Maceió – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0229399833104355>

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Universidade Estadual de Ciências da Saúde
de Alagoas
Maceió – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4454895035199479>

Ivanna Dacal Veras

Faculdade Estácio de Alagoas e Hospital
Metropolitano de Alagoas
Maceió-AL
<http://lattes.cnpq.br/6307018747980426>

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0651700365625556>

Saskya Araújo Fonseca

Centro Universitário Cesmac
Maceió-Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/7793186262013957>

Thiago José Matos Rocha

Centro Universitário Cesmac
Maceió-Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/9228726128290600>

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Centro Universitário Cesmac
Maceió-Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/2811263859126204>

Aldenir Feitosa dos Santos

Centro Universitário Cesmac
Maceió – Alagoas
Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4486728733567129>

RESUMO: O ensino de química apesar de alguns alunos julgarem complexo, é indispensável, pois é através dela que ocorre formação da visão científica, bem como é capaz de integralizar os alunos na ausência ou presença de quaisquer deficiência, por meio de práticas experimentais e do preparo ofertado pelos docentes. O trabalho tem como objetivo refletir a educação inclusiva no mundo e em diferentes épocas, com ênfase no ensino de Química, e analisar as estruturas

físicas escolares de instituições da rede pública de ensino do estado de Alagoas. O estudo consistiu de uma revisão bibliográfica realizado em artigos, monografias e dissertações utilizando como fonte de pesquisa os sites Scielo, Google acadêmico e plataforma capes. Portanto, por meio desse estudo verifica-se que as escolas necessitam de um aparato estrutural e maior disponibilidade de cursos de formação continuada, visto que a educação inclusiva não ocorre apenas por meio de políticas instituídas pelos órgãos governamentais, mas sim, primordialmente pela formação adequada de professores para que tenham conhecimento de como abordar os conteúdos com a participação de todos os educandos, promovendo um ambiente de igualdade e não uma pseudoinclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Ciências da Natureza. Âmbito escolar

INCLUSION OF DISABLED PEOPLE IN TEACHING CHEMISTRY: AN INTERVENTION PROPOSAL

ABSTRACT: The teaching of chemistry is seen by the students as hard and complex. Chemistry helps the student to create a scientific vision, as well can complement the students in the absence/presence of any deficiencies using experimental practices offered by the teaches. These features make chemistry indispensable. This work aims to consider the inclusive education in the world and at different times and analyzing the chemistry teaching and the infrastructures of public schools in Alagoas. This study was characterized as bibliographic review and was carried out using articles, monographs and dissertations published on Scielo, Google Scholar and Capes platform as a research source. It was observed that the public schools needs a better structural apparatus and continuing education courses, since inclusive education does not occur only through public policies, but through adequate training of the teachers so to make them capable approach the chemistry contents with the participation of all students, promoting an environment of equality and not a pseudo-inclusion.

KEYWORDS: Accessibility. Natural Sciences. School scope

1 | INTRODUÇÃO

A acessibilidade remete ao um ambiente, seja cidade, estado ou globalmente a capacidade que o ser possui para realizar suas atividades sem que haja obstáculos que os impeçam, promovendo um ambiente propício, exercendo assim o direito de ir e vir. Um dos meios primordiais para propiciar esse ambiente de acessibilidade, seja no meio escolar, social ou familiar, se inicia obrigatoriamente na família juntamente com a nação, cabendo as escolas atender a acessibilidade, pois esta representa a sociedade (BRASIL, 1998a; COSTA, OLIVEIRA, 2019).

Desse modo, a inclusão normalmente é confundida com Educação Especial, visto que a finalidade primordial da inclusão é enaltecer a participação do ser no sistema educacional, sem discriminação ou exclusão, visto que a educação inclusiva tem a capacidade de promover o desenvolvimento dos talentos e das habilidades quer sejam físicas, intelectuais, sociais e sensoriais, porém um dos

desafios apontados nessa caminhada é o receio apresentado pelos docentes, de não se sentirem preparados a exercer suas atividades atendendo as necessidades dos alunos (FERREIRA, 2019; ARAUJO et al., 2018).

Sendo assim, decorrente a educação atual, torna-se necessário a ocorrência de cursos de preparação, suporte aos professores afim de garantir um ensino de qualidade tanto para o aluno com deficiência e até mesmo para aqueles que não possuem, a ausência desses cursos tende a gerar um ambiente escolar que agrega um fenômeno conhecido como pseudoinclusão (falsa inclusão), onde o aluno encontra-se presente fisicamente no meio escolar, sem que esteja no modo ativo de participação das atividades, que apesar da ausência de recursos tecnológicos ou técnicos, é relevante que o aluno esteja próximo das atividades trabalhadas em sala de aula, sendo missão do educador auxiliá-lo na superação de suas barreiras (PAULA, GUIMARÃES e SILVA, 2018).

Uma das formas capazes de auxiliar no processo de inclusão escolar se faz por meio de Projeto Político Pedagógico (PPP), pois através dele pode ser estabelecido a organização e a missão escolar, além de definir a assistência pedagógica, a avaliação e gestão, dessa forma, obtém-se uma escola estruturalmente organizada, capaz de atender as necessidades das pessoas deficientes, enaltecendo o verdadeiro significado de inclusão (ARAUJO et al., 2018).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) o ensino de Química por meio dos conhecimentos difundidos é capaz de promover a formação de um mundo abrangente, favorecendo que o ser tenha seu encontro consigo mesmo e se imponha como individuo como qualquer outro, dessa forma as aulas de Química promove a formação do cidadão, e de suas habilidades afetivas e cognitivas (FERREIRA, 2019).

Portanto, o trabalho tem por objetivo refletir a educação inclusiva no mundo e em diferentes épocas, com ênfase no ensino de Química, bem como, analisar as estruturas físicas escolares de instituições da rede pública de ensino do estado de Alagoas.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho refere-se ao um estudo de revisão bibliográfico realizado em artigos, monografias e dissertações dos anos de 2007 a 2020, na língua portuguesa. A busca foi realizada nos sites Scielo, Google acadêmico e plataforma capes, sendo encontrados artigos na área. Após a leitura dos títulos e resumos, foram incluídos na pesquisa 39 obras lidas em sua totalidade. Os descritores utilizados na pesquisa foram Inclusão, Ciências Naturais e Acessibilidade.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação inclusiva para o ensino de química: Conquistas, metodologias e práticas docentes

O ensino de química é considerada uma modalidade ainda nova e que necessita de um melhor contemplação para o ensino e aprendizagem como perspectiva inclusiva. Normalmente quando se ouve Ensino de química, a primeira concepção é dos laboratórios, formulas, modelos atômicos e demais características, sendo geralmente taxada como uma disciplina complexa, necessitando que os docentes da área encontrem-se apto e antenado as novas metodologias empregadas nesta modalidade, afim de torná-la capaz de ser uma modalidade inclusiva (ALMEIDA, 2015).

Conforme Silva et al (2017), em sua pesquisa, os professores apontaram como principal dificuldade de trabalhar a matéria de forma inclusiva a ausência de conhecimento de práticas pedagógicas na área, essencialmente quando fazem uso de técnicas quantitativas, mudanças de coloração e análises através de gráficos, principalmente quando o aluno é deficiente visual.

Por essa razão, os alunos de licenciatura necessitam ter entre suas habilidades a observação, para que possam compreender como acontece a inclusão, atribuindo o uso da PHC, práticas interdisciplinares, Salas de Recurso Multifuncionais, materiais didáticos adaptados e outras práticas pedagógicas, além de poder realizar aulas inclusivas capacitadas a desenvolver e abordar conteúdos aptos à geração de alunos prontos para o mercado de trabalho e para exercerem livremente sua cidadania (LIPPE; CAMARGO, 2009).

Quando se menciona o termo deficiência ou deficiências, geralmente tem uma concepção distorcida, podendo ocasionar redução da potencialidade dessas pessoas, por essa razão considera-se que a terminologia é relevante visto a capacidade que apresenta em expressar os conceitos, os valores e as percepções sociais, e quando empregadas de forma inadequada pode pressupor preconceito (NEPOMUCENO, ASSIS e CARVALHO-FREITAS, 2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que a terminologia correta para o tratamento de pessoas que tem insuficiência ou ausência de funcionamento de algum órgão, é pessoa deficiente, sendo reforçado pelo Brasil na Emenda Constitucional em 2008 (KOYAMA, 2017).

Há casos que é usado o termo “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiências”, que é incorreto, pois deve-se ter a sensibilidade que as deficiências não são objetos a serem portados ou carregados, a pessoa tem deficiência e antes de mais nada ela é uma pessoa como qualquer outra. Atualmente o decreto nº

3.298/99 diz que deficiência é “toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. (BRASIL, 1999; CURITIBA, 2013, p. 2).

Trazendo uma reflexão sobre a realidade mais provável de inclusão de deficientes e possibilidades de exercerem seus direitos à cidadania, podemos citar o caso do baiano Cláudio Vieira de Oliveira, que convive a mais de 38 (trinta e oito) anos com um tipo de doença muito rara conhecida como artrogripose múltipla congênita (AMC), que lhe causou atrofiamento nas pernas, seus braços são colados ao corpo e a sua cabeça é virada totalmente para trás, escorada pelo pescoço. Mesmo com uma deficiência tão aguda, a família sempre o incentivou a estudar e ter relações sociais, o próprio Cláudio relata que:

Me adaptei tanto que não percebo que sou uma pessoa portadora de necessidades especiais (...) Sei de relatos de pessoas que têm deficiência física que se esquivam bastante, a própria família se fecha. Minha mãe foi diferente. Sempre me liberou a ter convívio com social. (DOURADO, 2014, p. 2).

Quando se perde algum sentido o corpo humano se adapta, fazendo com que se possa aguçar, entender e valorizar os outros sentidos, por exemplo, um cego pode ouvir sons que um vidente é incapaz de ouvir, do mesmo modo que uma pessoa surda possui uma atenção visual muito mais focada do que pessoas ouvintes (FILHO, 2007).

As deficiências físicas podem ser divididas de acordo com seu nível de duração. As deficiências transitórias são caracterizadas por sua natureza temporária, mas dependerá realmente da recuperação de cada paciente e do tratamento médico adequado, para que seja evitado o agravamento e transforme-se em deficiência permanente. Entre as deficiências classificadas como transitórias pode-se citar as mais comuns, que são: quebra e fraturas de ossos, luxações e lesões de ligações nervosas, entre outras. As deficiências permanentes são casos clínicos complexos, em que as ciências ainda não possuem recursos suficientes para que se possa reverter o caso do problema físico de determinado paciente. As deficiências permanentes englobam problemas como a paraplegia, tetraplegia, cegueira, surdez, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros ou face com deformidade congênita ou adquirida, entre outras (BRASIL, 2006; CURITIBA, 2013).

Deficiência visual e surdo-cegueira

As Deficiências Visuais (DV), podem ser distinguidas como cegueira e baixa visão. A terminologia correta a referir-se ao deficiente visual é “pessoa cega” ou

“pessoa com deficiência visual”. Há casos que estes deficientes consentem serem chamados de cegos. É aconselhável que se evite dizer “pessoa cega total” ou “pessoa com cegueira total” ou até mesmo “cego total”, pois esses termos são considerados excedentes (CURITIBA, 2013).

No Brasil mais de 6,5 milhões de pessoas possuem deficiência visual, dos quais 7,8% são incapazes de enxergar; deficiência esta que impossibilita a interpretação de cenas a partir das vias visuais. Aproximadamente 92,2% dos DV tem baixa visão, o que ainda as permite de fazerem uso de sua visão residual para realizar atividades que precisem de visão ou de lembranças visuais. No caso de pessoas que em seu diagnóstico apresentam surdo-cegueira, estas possuem uma dificuldade ainda maior no aprendizado, já que parcialmente ou completamente ouvem e enxergam com dificuldade. Caso o nível de surdez ou cegueira sejam leves, pode-se facilmente haver inclusão, mas no caso de deficiências múltiplas de grau avançado, é realmente indicado o ensino especializado ao invés do inclusivo (BRASIL, 2006; CALDAS, 2016).

A pessoa que não enxerga desde que nasceu não conhece as cores, enquanto as que perderam sua visão ainda na infância, podem se recordar de algumas cores e curtos lapsos de cenas e objetos e definem sua visão como uma plena escuridão ou uma infinita luz branca. As pessoas que possuem baixa visão enxergam com dificuldade, geralmente podem ler e escrever texto a tinta, contudo, podem precisar usar uma lupa, óculos ou lentes de contato. Para se locomoverem normalmente o deficiente visual pode fazer uso da bengala longa ou do cão guia e para comunicação lida e escrita fazem uso do braille (BRASIL, 2006).

Dentro das escolas inclusivas, é necessário a existência do piso e do mapa tátil para que o deficiente visual possa se orientar por todas as dependências da instituição e também é indicado o uso de placas de avisos na porta de cada sala. Em relação ao uso da linguagem escrita em braille, as escolas podem contar com as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou instituições que auxiliam as escolas que solicitarem matérias para o ensino aprendizado de alunos com DV, disponibilizando materiais físicos, conseguindo traduzir materiais didáticos para a comunicação em braille, que os permitem a leitura tátil. O Instituto Benjamim Constant (IBC), envia material grátis para as escolas, entre os mais comuns estão livros didáticos, mapas, tabelas periódicas, esquemas e quadros de conteúdo diverso, entre outros (IBC, 2017; BRASIL, 2006).

Deficiente auditivo

A Deficiência Auditiva (DA), pode ser diferenciada como surdez ou baixa audição. As quais se caracterizam por perda total ou parcial da capacidade de ouvir,

podendo acontecer em somente um dos ouvidos ou nos dois. Em diversos casos a deficiência pode ser revertida com uma cirurgia e/ou uso de aparelho de audição, se a pessoa tiver sido ouvinte antes do problema clínico, sua reabilitação será rápida e fácil. “Algumas pessoas com baixa audição preferem ser chamadas pelo termo ‘pessoas com deficiência auditiva’ ou ‘deficientes auditivos’ em vez de ‘pessoas com surdez parcial’, pois elas não se consideram surdas” (BRASIL, 2006; CURITIBA, 2013, p. 3).

Há o batimento na mesma tecla, as escolas devem ser inclusivas, devendo haver uso de comunicação bilíngue nas salas de aula e os professores devem ser interpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que a inclusão da pessoa surda se torne possível, é aconselhável que a turma inteira aprenda a língua de sinais e os alunos surdos aprendam a escrita em português, já que neste caso elas são inversas. O surdo tem a LIBRAS como sua língua oficial e a língua portuguesa como sua segunda língua, sendo essencial que os alunos e funcionários também saibam e os ajude a comunicar em ambas línguas, de forma falada e escrita, respectivamente, que ocorre pelo convívio (EVARISTO; FRANCISCO, 2013).

Nas salas de recurso, os surdos podem praticar libras, além de outras atividades em que tenham dificuldade de aprender nas disciplinas de sua grade de estudo (BRASIL, 2007).

Dificuldades de locomoção

As deficiências físicas de limitação motora são várias, podendo ser permanentes, como é o caso de pessoas com paraplegia, ou temporárias, que atingem seus portadores por um período limitado de tempo. Em ambos os casos, estas pessoas têm parte de seus movimentos comprometidos em razão da deficiência e é necessário fazer adaptações para amenizar as dificuldades de vivência no ambiente escolar (CURITIBA, 2013).

Vale salientar que o ambiente escolar não somente é o âmbito de ensino e aprendizagem, mas também de acessibilidade, onde o aluno deficiente necessita como os demais o direito de se locomover, proporcionando ao educando um sistema educacional igualitário, visto que há muitas barreiras quando se refere a inclusão escolar, sendo o espaço físico um deles, por essa razão essas barreiras devem ser eliminadas para que o ambiente escolar possa ofertar acessibilidade e direitos igualitários para todos (CUNHA, 2019).

Atividades pedagógicas para a inclusão nas disciplinas de ciências naturais

Para o ensino inclusivo de ciências naturais, principalmente para o ensino de química, é indicado maior quantidade de aulas práticas, pois alunos com cegueira ou surdez não conseguem elaborar conceitos mentais do que nunca viram e/

ou ouvirem, realidade que até mesmo alunos sem deficiência tem dificuldade de aprender. Sendo possível verificar que a metodologia para a educação inclusiva precisa de um simbolismo de acordo com as capacidades de aprendizado dos alunos. No caso de ciências como geografia e biologia, que podem estudar em um ambiente natural muito mais macroscópico do que a física e a química, pode-se sugerir aulas de campo em locais com plantas, animais e natureza, onde seja propiciado sensações corpóreas, usando especialmente o tato e o olfato, que irão interligar ao conhecimento adquirido. Para diminuir os custos com passeio e proporcionar a participação de todos alunos, também é aconselhável aos professores de biologia e geografia trazerem amostras da natureza à sala de aula, objetos como amostras de solo, plantas, vidrarias, animais, frascos e potes de substâncias, projeteis, entre outros, bem como fazer uso dos outros sentidos para o aprendizado destes alunos (FONSECA, 2004; DAMASCENO, 2010; MARIANO, 2014).

A PHC é um modelo educacional que visa a mudança a partir do que os alunos já conhecem sobre determinado conteúdo, articulando assim, para que estes indivíduos captando uma visão articulada entre teoria e prática, possam perceber como funcionam os fenômenos de transformação social, se tornando ativos na prática educativa questionadora, crítica e emancipadora (BATISTA; LIMA, 2015).

Este método pedagógico é bastante útil para ser utilizado como inclusivo, pois através dele permite que o mestre trabalhe diferentemente com cada turma, possibilitando uma agregação de valores pessoais a partir de cada indivíduo presente em cada uma das turmas. De forma mais prática, podemos supor que, se em uma determinada turma em que há uma quantidade maior de alunos da zona rural e entre eles um deficiente, as possíveis reflexões ocasionadas a partir do uso PHC na aula, irão transcender de forma diferente daquelas que poderiam surgir em sala predominantemente de discentes da zona urbana, preparando cada amostra de alunos para a vivência encontrada em sua região; isto ressalta também a importância para que alunos deficientes frequentem escolas regulares, pois essas apresentam uma amostragem do que pode ser encontrado cotidianamente nas sociedades adversas, vivendo assim a experiência de convívio cidadão (GASPARIN; PETENUCCI, 2014).

A interdisciplinaridade é uma ferramenta pedagógica que faz meio da união de termos e conteúdo de disciplinas diversas, para que os alunos compreendam a complexidade que existe dentro da prática. Partindo do pressuposto que a realidade existente é una e indivisível. Cabe ao educador desenvolver uma maneira de ensinar que desenvolva a consciência do aluno, voltando-os principalmente para estabelecer relações entre as várias partes e o todo, superando então, a concepção unidirecional e fragmentada do conhecimento que tem caracterizado sua prática (BATISTA, 2018).

O uso da interdisciplinaridade começou efetivamente no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais N° 5.692/71. A partir de então, teve importância crucial no cenário educacional, onde se tornou ainda mais presente com a nova LDBEN N° 9.394/96 (JACOMELI, 2010; BATISTA, 2018).

A inclusão na sala de aula acontece quando os professores estão devidamente capacitados a receberem discentes com deficiência, cabendo também aos demais membros da comunidade escolar possibilitarem meios para isso. Da mesma forma, que ocorre em qualquer nova situação, a inclusão faz com que sejam necessários novos desafios para que se possa chegar a novas soluções inovadoras.

Assim, em todo Brasil, há um enorme esforço para formar gestores, professores e funcionários para lidar com as diferenças humanas que estão presentes em todas as escolas. Não basta, portanto, o acesso à matrícula. É necessário, além disso, o investimento em ações que assegurem a acessibilidade nas escolas (BRASIL, 2009, p. 21).

Com certeza a inclusão não é uma tarefa nada fácil, mas que não deve ser inventado desculpas para não concluí-la. Com o uso de ferramentas pedagógicas adequadas, pode-se fazer da escola um ambiente inclusivo para todos, todavia, cabendo principalmente aos docentes perceberem a realidade dos alunos em cada sala de aula. As disciplinas de biologia, física, geografia e química, necessitam de conteúdos considerados relativamente como abstratos, pois requerem de um conhecimento prévio de acontecimentos da natureza. Em casos de aula de campo ou de projetos de pesquisas, em que se faça necessário o deslocamento para um ambiente diferente, deve-se haver um maior cuidado para se evitar possíveis acidentes aos alunos, principalmente àqueles que possuem algum tipo de deficiência (MARIANO, 2014).

O Programa Institucional de Bolsa a Iniciação à Docência, possui diversos bolsistas que tem a oportunidade de ingressarem em uma comunidade escolar, mesmo antes do Estágio Curricular Supervisionado. Conhecer detalhes sobre inclusão pedagógica é de suma importância para Pibidianos e iniciantes à docência, pois atualmente é feito grandes investimentos nesta prática educacional, mas ainda é necessário perceber dentro do ambiente escolar, atributos inclusivos ou exclusivos, para que seja possível atuar como pessoal ativa na mudança da perspectiva inclusiva (CUNHA, LIMA, GOMES, 2014).

4 | CONCLUSÃO

Portando, a acessibilidade encontra-se estreitamente relacionada com a inclusão, onde há a necessidade que mudanças pedagógicas e estruturais sejam realizadas, e que realmente mantenha o âmbito escolar como meio primordial de igualdade, que refletirá na sociedade.

Além de enaltecer a necessidade que cursos ou formação continuada seja ofertada aos docentes, para que métodos pedagógicos sejam inseridas no âmbito educacional, com a finalidade de promover o bem-estar entre professores e alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.F. **Ensino de química no âmbito da educação inclusiva: um estudo a partir dos anais dos encontros nacionais de ensino de química de 2004-2014**. 2015. Disponível em: < <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1704/TCC%20-%20Jerusa%20Ferreira%20de%20Almeida.pdf>>. Acessado em 04 de julho de 2020.

ARAÚJO, L.G.L.; PINHEIRO, F.L.; VERÇOSA, J.V.S.; PERES, B.P.; PESSANO, E. **Ensino de química para alunos cegos: explorando possibilidades do braille**. Anais do 10º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão –SIEPE. 2018. Disponível em: < <http://200.132.146.161/index.php/siepe/article/view/38998/23814>>. **Acessado em 04 de julho de 2020.**

ARAÚJO, L.G.L.; VERÇOSA, J.V.S.; SANTANA, R.P.; OCAMPO, R.O. **Educação inclusiva: desafios no ensino de ciências para deficientes visuais**. XV Encontro sobre investigação na escola. 2018. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/xveie/wp-content/uploads/2020/04/ARAÚJO-Luis.pdf>>. Acessado em 04 de julho de 2020.

BATISTA, P. K. **Interdisciplinaridade**. Portal da educação. Disponível em: < <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/diomas/interdisciplinaridade/65024>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 1993. São Paulo: EDUC.

CALDAS, A. L. **Brasil tem 6 milhões de pessoas com deficiência visual**. 2016. Brasília-DF. Disponível em: < <http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2016-01/brasil-tem-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-visual>>. Acesso em: 23 de jan. de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado. 1998a.

CUNHA, R.; LIMA, M.; GOMES, A. **Educação inclusiva: o que pensam os alunos do PIBID sobre a inclusão na escola**. 2014. Disponível em: < <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20O%20QUE%20PENSAM%20OS%20ALUNOS%20DO%20PIBID%20SOBRE%20A%20INCLUSAO%20NA%20ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

CUNHA, I.S. **Educação inclusiva na escola municipal Irmã Cristine: considerações preliminares sobre um desafio a ser alcançado**. RELEM – Revista Eletrônica Mutações, p.38-43, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/6960>>. Acessado em 04 de julho de 2020.

CURITIBA. **Terminologia sobre a pessoa que tem deficiência**. 2013. Disponível em: < <http://www.pessoacomdeficiencia.curitiba.pr.gov.br/conteudo/terminologia/116>>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

DAMASCENO, A. R. **Educação Inclusiva e organização da escola: projeto pedagógico na perspectiva da teoria crítica**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/chsr.2014.009>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

_____. **Decreto nº 3.298**. Brasília-DF. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 26 de fev. de 2018.

DOURADO, T. **Baiano tem cabeça virada para trás e diz: ‘não tenho do que me queixar’**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/09/baiano-tem-cabeça-virada-para-trás-e-diz-nao-tenho-do-que-me-queixar.html>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

EVARISTO, M.; FRANCISCO, M. A. **“Declaração de Salamanca” hoje: vozes da prática**. 2013. Rio Branco-AC. João editora. p. 5-64.

FERREIRA, L.J. **O ensino de química na perspectiva da educação inclusiva: construção de um material didático para alunos com deficiência visual**. 2019. Disponível em:< <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1549/1/LIVIA-TCC-FINAL.pdf>>. Acessado em 04 de julho de 2020.

FILHO, J. C. **A construção do mundo através dos cinco sentidos**. 2007. Disponível em: <<https://www.revistaplaneta.com.br/a-construcao-do-mundo-atraves-dos-cinco-sentidos/>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

FONSECA, L. C. S. **Você quer o fato científico ou o que eu realmente acredito: os saberes dos alunos da escola pública**. 2004. Lisboa: Jornal, A Página da Educação, ano XIII, nº 132.

GASPARIN, J. L.; PETENUCCI, M. C. **Pedagogia histórico crítica: da teoria à prática no contexto escolar**. 2014. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

HERCULANO, B.G.N.P.; BIANCO, G.; VIEIRA-MACHADO, L.M.C. **Ensino de química e inclusão: pensando outramente as práticas pedagógicas docentes**. 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/DELL/Downloads/16765-Texto%20do%20artigo-58041-1-10-20180609%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/16765-Texto%20do%20artigo-58041-1-10-20180609%20(2).pdf)>. Acessado em 04 de agosto de 2020.

_____. **Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências**. Brasília-DF. 2006. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>>. Acesso em: 22 de fev. de 2018.

JACOMELI, M. R. M. **A lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania**. 2010. Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, n.39, p. 76-90. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/39/art04_39.pdf>. Acesso em: 17 de set. de 2018.

KOYAMA, D.F. **Os reflexos da lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – no sistema jurídico brasileiro**. 2017. Disponível em:< <https://www.camarainclusao.com.br/artigos/os-reflexos-da-lei-13-1462015-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-no-sistema-juridico-brasileiro/>>. Acessado em 04 de agosto de 2020.

_____. **Lei nº 9.394**. Brasília-DF. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

_____. **Lei Nº 10.048**. Brasília-DF. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm>. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

LIMA, M. R. BATISTA, E. L. **A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica revolucionária**. 2015. Sorocaba-SP. Laplage em revista, v. 1, n. 3. Disponível em: < <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/102>>. Acesso em: 26 de fev. de 2018.

LIPPE, E. M. O; CAMARGO, E. P. **O ensino de ciências e seus desafios para a inclusão: o papel do professor especialista**. In: NARDI, R. (org.) Ensino de ciências e matemática, I: temas sobre a formação de professores [online] São Paulo: Ed. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 30 de abr. de 2018.

_____. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível!** Brasília-DF. 2009. Disponível em: < http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/manual_escolas_-_deficientes.pdf.pdf>. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

MARIANO, L. S. **Adaptação de materiais de biologia e química para alunos com deficiência visual**. 2014. Rio Branco-AC. Disponível em: < <https://quimicacessivel.files.wordpress.com/2018/02/tcc-lidiane-mariano.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 1995. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 1998b.

_____. Ministério da Educação. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. 2007a. Brasília-DF. p. 10-20. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado**. 2007b. Brasília-DF. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf >. Acesso em: 25 de jan de 2018.

_____. **Ministério da Educação**. Livros em braille. 2017. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/livros-em-braille>>. Acesso em: 26 de fev de 2018.

MRECH, L. M. **O Que é Educação Inclusiva?**. 2001. Disponível em < <http://www.inclusão.com.br/index.htm>>. Acesso em: 25 de fev. de 2018.

NEPOMUCENO, M.F; ASSIS, R.M; CARVALHO-FREITAS, M.N. **Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”**. Revista Educação Especial, v.33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acessado em 04 de julho de 2020.

PAULA, T.E; GUIMARÃES, O.M; SILVA, C.S. **Formação de Professores de Química no Contexto da Educação Inclusiva**. R. Educ. Ci. Tec., v. 11, n. 1, p. 3-29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2018v11n1p3/36687>>. Acessado em 04 de agosto de 2020.

RAGONESI, M. E. M. M. **Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais**. 1997. 48p. Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SILVA, O. M. **Epopeia Ignorada- A história da pessoa deficiente no mundo de ontem e de hoje**. 1987. Disponível em: <<https://casadaptada.com.br/2016/05/epopeia-ignorada-historia-mundial-da-pessoa-com-deficiencia-em-portugues-educacao-inclusiva-em-foco/>>. Acesso em: 12 de out. de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ábaco 85, 86, 92, 93, 94, 96, 97

Acessibilidade 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 29, 32, 43, 44, 83, 102, 109, 113, 121, 122, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 227, 234, 235, 247, 256, 257, 261, 263, 266, 290

Adolescentes 3, 6, 16, 24, 63, 134, 135, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 213, 216, 217, 219, 220, 275, 283, 286

Alfabetização 36, 59, 60, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 288, 299, 305

Altas habilidades e superdotação 175, 176, 184, 185, 186

Aluno com deficiência 55, 115, 144, 178, 201, 206, 207, 257

Âmbito social 300

Aprendizagem profissional 280, 281, 282, 285

Aprendizagem significativa 62, 78, 84, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 297, 298

Atendimento educacional especializado 10, 29, 41, 51, 52, 97, 109, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 143, 148, 152, 207, 260, 266

Autismo 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16, 17, 29, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 98, 100, 105, 106, 107, 113, 115, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 296, 299

Autismo infantil 40, 48, 54, 55

B

Baixa visão 86, 87, 90, 121, 140, 145, 147, 259, 260

Bullying 140, 147, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cegueira 86, 87, 90, 121, 145, 146, 259, 260, 261

Ciências da natureza 256

Comunicação 2, 11, 13, 14, 33, 35, 36, 45, 46, 48, 53, 91, 98, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 121, 238, 241, 243, 245, 246, 260, 261, 285, 288, 289, 290, 293, 295, 297

Conteúdos atitudinais 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80

Currículo 19, 30, 33, 35, 39, 44, 54, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 102, 107, 119, 121, 132, 133, 140, 149, 161, 163, 201, 202, 216, 272

Currículo escolar 19, 54, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 133, 216

D

Declaração de Salamanca 19, 23, 27, 104, 120, 129, 151, 175, 177, 265

Dia da família 300

Diversidade 6, 8, 9, 10, 22, 26, 33, 34, 37, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 60, 77, 81, 103, 104, 105, 110, 111, 120, 135, 136, 137, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 186, 196, 208, 224, 225, 227, 230, 231, 233, 235, 241, 246, 248, 251, 288, 292, 295, 302

Drogas 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 243, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 274, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305

Educação especial 10, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 54, 55, 87, 89, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 141, 143, 144, 151, 177, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 204, 224, 226, 231, 232, 250, 253, 256, 264, 266, 287, 288, 292, 294

Educação inclusiva 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 49, 50, 54, 87, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 125, 127, 128, 129, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 203, 209, 233, 234, 237, 247, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 292, 294, 298, 303

Educação infantil 3, 12, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 99, 144, 150, 151, 237, 252

Educação superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17

Educación secundaria 153, 154, 155, 164

EJA 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Ensino-aprendizagem 31, 38, 53, 92, 98, 207, 273, 274, 303

Ensino superior 3, 4, 6, 15, 16, 17, 69, 99, 139, 140, 148, 149, 150, 151, 173, 204, 273, 305

Envelhecimento 46, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Escola 6, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 40, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 63, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 91, 94, 96, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 147, 148, 149, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 227, 235, 248, 249, 252, 253, 257, 263, 264, 265, 266, 271, 281, 295, 299, 301, 302, 303

Evolución 153, 155, 157, 158

F

Formação de professores 9, 23, 28, 39, 46, 60, 85, 103, 112, 142, 186, 201, 207, 231, 232, 253, 266, 305

Formação humana 77, 79, 81, 82

Formação inicial de professores 165

G

Gênero 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

H

História 19, 29, 58, 70, 73, 78, 99, 100, 112, 116, 117, 120, 130, 139, 151, 171, 208, 211, 229, 231, 232, 251, 253, 266, 268, 272, 288, 292, 296, 301, 303

História da inclusão de deficientes 19

I

Inclusão 1, 5, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 68, 69, 79, 85, 88, 90, 91, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 126, 129, 130, 139, 141, 144, 151, 165, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 238, 241, 242, 243, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 271, 280, 281, 282, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Inclusão de deficientes 18, 19, 25, 26, 177, 255, 259

Inclusão escolar 18, 29, 40, 41, 49, 50, 52, 53, 54, 115, 121, 126, 129, 200, 203, 205, 209, 253, 257, 261, 288, 289, 291, 292, 298, 299

Integração 11, 24, 27, 40, 42, 43, 44, 47, 50, 52, 54, 55, 67, 113, 142, 144, 151, 178, 179, 202, 226, 227, 243, 264, 282, 283, 284, 292

Inteligência emocional 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 84

Intergeracionalidade 131

J

Jovem aprendiz 280, 281, 282, 285

L

Libras 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 88, 108, 109, 110, 235, 236, 253, 261

P

Paraná 1, 40, 98, 105, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 142, 211

Permanência 4, 6, 8, 10, 11, 14, 50, 53, 56, 57, 58, 62, 65, 67, 68, 69, 99, 114, 169, 182, 202, 203

Políticas públicas 1, 3, 4, 5, 13, 14, 38, 53, 115, 118, 120, 130, 132, 138, 139, 148, 151, 175, 206, 247, 282, 283, 290

Prática pedagógica 38, 39, 50, 86, 166, 169, 172, 173, 179, 222, 288

Prevenção 46, 189, 194, 197, 198, 199, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 238, 273

Profissão docente 16, 37, 39, 287, 288, 289, 296

Projeto extracurricular 30, 31, 33, 38

Proposta pedagógica 26, 31, 77, 82, 84, 165, 166, 169, 171, 172, 173

Q

Qualidade de vida 132, 196, 231, 241, 251, 252, 253, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 278

S

Soroban 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

T

Trabalho docente 37, 98, 108, 114, 134, 180

Transtorno do espectro autista 1, 2, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 17, 45

Transtornos depressivos 267, 268, 270, 271, 272, 273, 276

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 